

Palavra do Presidente

O antropólogo francês Georges Balandier escreveu em *A desordem: o elogio do movimento que* “os períodos de transição, na medida em que são portadores de grandes perturbações e incertezas, são os mais propícios ao florescimento das explicações simplistas” porque “os homens admitem mal que a história lhes impõe armadilhas, escapa de suas mãos e os leva a um futuro cujo sentido lhes permanece oculto”. O grande desafio que se impõe a todos que estão preocupados com a *res publica* neste momento de transição de um modelo governativo esgotado para um novo padrão de governança que se deve construir em um futuro breve é enfrentar a crise institucional que se aguça e solapa a credibilidade dos organismos estatais, em especial os Paramentos.

A primeira resposta simplista a se evitar é a própria negação desta crise. Ela aparece em todas as pesquisas que apontam a baixa credibilidade dos órgãos de Estado, mas também na apatia eleitoral e indiferença perante o processo decisório. No limite transforma as poucas reações existentes não a uma ação no sentido de corrigir os erros e apontar rumos, mas a uma negação total do sistema eleitoral, político e, mais grave, institucional.

A segunda resposta simplista é achar que o problema da crise institucional é apenas uma questão de imagem e pode ser resolvida não com uma reestruturação fundada em ações efetivas e revisão conceitual, mas apenas com ações de marketing e investimentos publicitários. A história vem mostrando não só que estas falsas soluções que só tratam da aparência do problema são ineficazes, mas geralmente são também desastrosas e concorrem para acirrar a crise.

Para não tratar do problema como um taxidermista que apenas maquia um cadáver é preciso ir fundo no reconhecimento dos elementos que levam a esta crise e buscar nestes diagnósticos as respostas efetivas para tratar de suas causas profundas e não apenas dos sintomas superficiais.

Grosso modo a crise tem dois elementos essenciais. O primeiro é o que o cientista político italiano Norberto Bobbio chama de “as promessas não cumpridas da democracia”. A questão da efetividade das políticas sociais e públicas deve ser uma preocupação central do Estado e precisa ser medida, avaliada, debatida e revista da forma mais objetiva possível.

A objetivação e o detalhamento do Programa de Metas – tema de uma das reportagens da *Revista do Parlamento Paulistano* – e ferramentas semelhantes, que demonstrem o grau de eficiência das várias ações de Estado e possam envolver a população em seu debate, são os instrumentos mais poderosos para, de um lado, tornar a política em geral, e a democracia em particular, um ente menos abstrato e remotivar os cidadãos.

O segundo ponto diz respeito à garantia das condições mínimas de dignidade a todos os cidadãos. Esse ponto é importante para um Parlamento municipal que lida de forma muito direta com as questões urbanas e com a linha de frente dos serviços básicos ao cidadão. Sem a meta ambiciosa de construir uma cidade justa na qual todos tenham sua moradia e acesso a saúde, educação, lazer, cultura, transporte público e saneamento básico, dificilmente se chegará a um ponto de equilíbrio capaz de dar estabilidade a qualquer sistema político.

Por fim é preciso ter a plena consciência que não se chegará a ponto nenhum sem um resgate da credibilidade do Estado. Transparência não é um conceito publicitário, deve ser uma nova forma de enxergar todas as ações públicas – revertendo nosso desvio histórico patrimonialista e cartorial. Não bastam as ações serem visíveis a todos, devem estar em condições de ser avaliadas, julgadas, auditadas e corrigidas pela sociedade.

Voltando a Balandier, ele acredita que a dinâmica ordem-desordem teve sempre a finalidade de reestruturar sistemas cujos fundamentos sociais tinham mudado e, portanto, precisavam ser

reconstruídos segundo outra visão de mundo, organizando os conceitos novos até uma nova estabilidade. A necessidade deste rearranjo é evidente para que ao final a democracia consiga tornar-se compatível com a sociedade tecnológica e possa sobreviver.

Este segundo volume da **Revista do Parlamento Paulistano** apresenta um esforço no sentido de pensar em respostas efetivas, concretas e imediatas a essas grandes questões, contribuindo para o necessário debate numa perspectiva bastante prática e cotidiana, até pela urgência de respostas essencial ao devido enfrentamento da crise institucional.

JOSÉ POLICE NETO

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo